

## **APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS NO ENSINO FUNDAMENTAL: SERÁ QUE O GASTO INTERFERE NO DESEMPENHO?\***

### *PUBLIC RESOURCES APPLICATION IN BASIC EDUCATION: DOES EXPENSE INTERFERE IN PERFORMANCE?*

#### **VALKYRIE VIEIRA FABRE**

*Doutoranda em Contabilidade (UFSC), Mestre em Contabilidade (UFSC), Especialista Auditoria Pública (UFSC), Especialista em Direito Público (UNIVALI), Especialista em Contabilidade Pública (UNIVALI). Professora efetiva do Departamento de Ciências Contábeis (UDESC).*

**Endereço:** Rua Siegfolf Radlouff, n. 76, Ponto Chic | Ibirama/SC | Brasil.

**E-mail:** valkyrie.fabre@udesc.br

#### **DAIANI SCHLUP**

*Mestranda em Ciências Contábeis (FURB), Graduada de Ciências Contábeis (UDESC).*

**Endereço:** Rua Ascurra, n. 40, Nova Stettin | Ibirama/SC | Brasil.

**E-mail:** daianischlup@gmail.com

#### **JARDEL PANDINI**

*Graduado de Ciências Contábeis (UDESC). Contador da Câmara de Vereadores de Ituporanga.*

**Endereço:** Rua Arthur Vanselow, n. 45, Apto 02, Dalbérgia | Ibirama/SC | Brasil.

**E-mail:** jardelpandini@hotmail.com

## **RESUMO**

O objetivo geral desta pesquisa foi comparar o gasto público com o desempenho dos alunos, nos pequenos municípios do Estado de Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com enfoque predominantemente quantitativo, baseada em levantamento e coleta de dados documentais. Foi trabalhada uma amostra de 25 Municípios com menos de 50.000 habitantes, no período de 2011 a 2014, identificando o gasto anual por aluno, relacionando-o com a taxa de aprovação dos estudantes e o desempenho no IDEB. O gasto médio anual por aluno foi de R\$ 8.529,68. Foi constatada grande disparidade nos valores praticados pelos Municípios (diferença de até 462%), o que, comparado com as divergentes e elevadas taxas de aprovação média (96,6%) e os distintos desempenhos no IDEB levou à conclusão de que não existe relação entre o gasto público na rede municipal de ensino e o desempenho dos estudantes.

**Palavras-chave:** Contabilidade pública. Gestão pública. Educação fundamental. Desempenho. Eficiência.

## **ABSTRACT**

*The overall objective of this research was to compare public expense on student performance in small municipalities in the state of Santa Catarina. This is a descriptive study, with predominantly quantitative approach, based on survey and collection of documentary evidence. A sample of 25 municipalities with less than 50,000 inhabitants was analyzed in the period of*

\*Artigo apresentado no 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade, Fortaleza, no período de 11 a 14 de setembro de 2016.

**Submissão em 23/07/2016. Revisão em 14/12/2016. Aceito em 04/01/2017.**

2011 to 2014. It was identified the annual spending per student and its relation to the passing rate of students and their performance in IDEB. The average annual expenditure per student was R\$ 8,529.68. It was found out a great disparity in the amounts charged by municipalities (difference from up to 462%), which, compared to the divergent and high average approval rates (96.6%) and different performances in IDEB, led to the conclusion that there is no relationship between public spending on public schools and student performance.

**Keywords:** *Public Accounting. Public Administration. Elementary School. Performance. Efficiency.*

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo o Plano de Desenvolvimento da Educação [PDE] (2007), a educação pode ser definida como o processo que se estabelece entre a socialização e a individualização de uma pessoa, pelo qual os indivíduos constroem a sua autonomia e têm a possibilidade de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo. Para a Organização das Nações Unidas [ONU] (1948) é um direito garantido internacionalmente, que requer do Estado a aplicação de recursos e garantia ao acesso de forma gratuita e obrigatória.

No Brasil, a Constituição Federal [CF] (1988) estabelece no artigo 6º que a educação é um direito social de todos e dever do Estado e da família; define ainda que cabe ao Estado oferecer educação básica, obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade.

Para Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação [CNDE] (2016), o Brasil ainda está muito longe de cumprir o que diz a Carta Magna nacional no tocante à educação. Ainda existem diferenças alarmantes entre as regiões e os grupos sociais brasileiros. De acordo com um estudo publicado em 2007, o Brasil precisa investir, pelo menos 10 anos, 8% de seu PIB (Produto Interno Bruto) em educação básica, para que a educação se torne um instrumento de prosperidade e igualdade para todos (CNDE, 2016).

Para Souza, Silva e Araújo (2012), o desenvolvimento da educação como um dos fatores responsáveis pelos avanços socioeconômicos da população tem relação com a alocação dos recursos públicos.

Santa Catarina é apontada pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica [IDEB] como um dos melhores estados brasileiros em educação básica. Em 2011, figurou na segunda posição no IDEB das séries iniciais do ensino fundamental (4º ano/5ª série) e em terceiro lugar em 2013. Considerando as séries finais do ensino fundamental (8ª série/9º ano), ficou na primeira posição em 2011 e em quarto lugar em 2013 (INEP, 2015).

Considerando a importância da educação para o desenvolvimento social e a prerrogativa de que a alocação de recursos públicos interfere no desempenho dos estudantes, a pergunta que norteou esta pesquisa foi: será que os recursos públicos, aplicados na rede municipal de ensino, interferem no desempenho dos alunos dos pequenos municípios do estado de Santa Catarina?

Como objetivos específicos foram levantados os gastos anuais com educação e o número de alunos matriculados no ensino fundamental. Apurou-se o gasto anual por aluno e sua relação com a taxa de aprovação dos estudantes e com o desempenho no IDEB.

Faria, Jannuzzi e Silva (2008) afirmam que esse tipo de avaliação é importante porque demonstra para a sociedade se os recursos públicos estão sendo bem administrados pelos governantes, além da necessária transparência sobre a gestão do serviço público educacional.

A estrutura deste artigo foi dividida em introdução, referencial teórico sobre gastos e eficiência na educação, aspectos metodológicos, descrição e análise dos dados, e conclusões.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Cada município possui uma realidade diferente quanto à educação, impossibilitando uma padronização do gasto nacional, porém, Souza *et al.* (2012) afirmam que a gestão pública é considerada eficiente quando são gastos menos recursos para obter os resultados definidos

nas suas metas e objetivos, refletindo na ótima transformação de insumos em produtos e serviços de qualidade prestados à população.

Em pesquisa às palavras-chave "gastos", "custo" e "aluno" no portal de periódicos da Capes, foram apuradas 22 ocorrências em artigos nos últimos 10 anos, porém, apenas quatro deles estavam relacionados ao gasto por aluno. Desses, três nacionais que abordavam o custo no ensino superior no Brasil e um artigo internacional que tratava do custo na educação básica na Califórnia. Cabe destacar que o sentido utilizado para a palavra custos nesses artigos não condiz com a nomenclatura contábil padrão.

Na contabilidade o gasto é entendido como o reconhecimento contábil de dívida ou redução de ativo pelo pagamento. Os gastos englobam custos, despesas e investimento (Martins, 2010). Na contabilidade pública, o conceito de gasto coincide com o termo despesa orçamentária, utilizado na normatização da área, para estruturação de plano de contas e demonstrativos contábeis públicos. Dessa forma, às pesquisas despesas públicas nos demonstrativos contábeis entende-se que serão aplicados os conceitos de gastos contábeis.

A Secretaria do Tesouro Nacional [STN] (2015) estabelece as normas legais brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, nas quais se classificam as despesas públicas orçamentárias por órgão e unidade, funcional programática, natureza da despesa, categoria econômica, grupo de natureza, elementos de despesa, fonte de recursos e outros desdobramentos facultativos à consolidação das contas nacionais.

A Portaria 42, de 14 de abril de 1999, estabelece a classificação padronizada da funcional programática, constituída de Funções e Subfunções da despesa pública. A Função reflete a competência institucional do órgão, enquanto que a Subfunção estabelece a finalidade da ação governamental. No caso dessa pesquisa foi utilizado o gasto na função Educação, descendo ao nível da Subfunção Ensino Fundamental.

O desempenho dos alunos na educação fundamental diz respeito ao conceito de eficiência na utilização dos recursos públicos. Silva, Souza e Araújo (2013) definem como eficiente a menor utilização de recurso público para obter o maior ou o melhor volume de serviços prestados. Nesse sentido, será eficiente o gestor que aplicando o menor volume de recursos públicos ainda conseguir o melhor desempenho por aluno.

## 2.1 Estudos anteriores

Em se tratando de alocação dos recursos públicos em educação destacam-se no Brasil os seguintes estudos: Souza *et al.* (2013) que analisaram a eficiência dos gastos públicos em educação dos Municípios do estado do Rio Grande do Norte; Silva *et al.* (2012) que analisaram a eficiência dos gastos públicos com educação nas capitais brasileiras; Afonso (2012) que trata das políticas públicas de responsabilidade, voltado à accountability na educação, comparando métodos de avaliação brasileiro com experiências de outros países; Gomes (2010) que analisou a eficiência dos sistemas municipais de educação no município de São Paulo; Delgado e Machado (2008) que avaliaram a eficiência das escolas públicas estaduais de Minas Gerais; e Faria *et al.* (2008) que investigaram os níveis de eficiência na utilização de recursos de saúde e educação no estado do Rio de Janeiro.

Nos principais estudos analisados, o cálculo da eficiência foi feito com a utilização do ranqueamento dos índices oficiais da educação básica e fundamental, desprezando a relação do gasto com o desempenho dos alunos. Apenas Souza *et al.* (2012) relacionaram o desempenho das escolas com os gastos públicos, porém, o valor apresentado foi apenas o total anual da despesa executada na função educação pelo Ente. Não foi realizada a apuração por aluno ou por subfunção.

Para os autores Gomes (2010), Delgado e Machado (2008) e Faria *et al.* (2008), os resultados da pesquisa revelaram que quanto maior o despendidos de recursos públicos maior a qualidade de ensino. Silva *et al.* (2013) não corroboram o pensamento desses autores, pois afirmam que a qualidade de ensino não tem relação com a eficiência nos gastos com educação. Nessas pesquisas, a amostra e as variáveis escolhidas interferem diretamente na obtenção dos resultados distintos.

Quanto à forma de avaliação, Afonso (2012) relata que nos EUA e em outros países são usados os mesmos dispositivos de mais de quatro décadas para avaliar a educação

(avaliação externa, testes fixos com publicação dos *rankings* escolares, explicações privadas para déficits da escola pública, responsabilização das escolas, dos professores e dos gestores, conectadas aos resultados acadêmicos dos alunos). O autor sugere romper com estes métodos e partir para a comparabilidade de resultados escolares com base nos investimentos públicos e nos métodos de ensino, para melhor visualização do cidadão e menor caráter culposos dos gestores.

Considerando os estudos internacionais, destacam-se as pesquisas feitas por Pinto (2005), Yuan e Zhang (2015), Birchler e Michaelowa (2015) e Fabrino, Valle e Gomes (2014). Comparando o nível de escolaridade pesquisados nos artigos mencionados todos são equiparados ao que no Brasil é denominado ensino fundamental.

Pinto (2005), que fez um estudo sobre o custo por aluno na educação básica da Califórnia – USA, revelando discrepância do ensino por localidade, mesmo sendo repassado pelo governo um mesmo valor por aluno, conclui que não é apenas o custo que proporciona a qualidade de ensino. Segundo o autor, somente alunos com 95% de presença recebem auxílio dos governos. Em 2005 equivalia a US\$ 4.306/aluno-presente. Desta conta, o governo do Município arca com apenas US\$1.700/aluno-presente.

Na China, Yuan e Zhang (2015) fizeram um comparativo entre os gastos públicos com educação e a procura das famílias por educação complementar (aulas particulares) aliada aos gastos com materiais didáticos. Constataram que, à medida em que os gastos dos governos chineses aumentam, há uma diminuição na procura por aulas particulares, mas não se alteram estatisticamente as despesas com livros didáticos ou outros artigos obrigatórios para os alunos chineses.

Para Birchler e Michaelowa (2015), que analisaram o efeito da ajuda financeira à educação primária, como um complemento aos gastos governamentais em 34 países membros da *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD), a ajuda foi mais relevante no tocante ao número de inscrições (matrículas) no ensino básico, do que em uma melhora efetiva na realização (qualidade do ensino). As autoras apuraram que um aumento de 1% nos gastos com educação aumenta em média 0,06% o número de matrículas no ensino básico.

Para Fabrino *et al.* (2014), que apuraram os efeitos das despesas públicas sobre a eficácia da educação no Brasil e em outros países do mundo, os resultados na educação podem ser afetados por uma combinação da evolução das despesas públicas educacionais com a taxa de crescimento da economia, que, segundo os autores, interfere na eficácia do sistema de ensino.

## 2.2 Aspectos Metodológicos

A pesquisa baseou-se em demonstrativos contábeis oficiais por meio dos quais foram calculados e analisados os resultados. Caracteriza-se como descritiva, com enfoque quantitativo, baseada em levantamento e coleta de dados documentais.

O Estado de Santa Catarina possui atualmente 295 Municípios, dos quais 91% têm menos de 50.000 habitantes, porém, pesquisas anteriores priorizaram Municípios maiores ou Capitais. A microrregião do Alto Vale do Itajaí, localizada no centro-leste do Estado, composta de 28 Municípios, foi intencionalmente escolhida por ter 96% deles com menos de 50.000 habitantes. Ao todo foi possível levantar dados de 25 Municípios que compõem a amostra desta pesquisa.

O período de análise foi do ano de 2011 a 2014. Os gastos com Educação Fundamental foram coletados nos Anexos I, II e XVIII do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), disponíveis no site da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Nos casos em que o demonstrativo não estava disponível, foi feito contato com o contador do Município para solicitar os dados.

Considera-se gastos todas as despesas orçamentárias (correntes e de capital), totalizadas na classificação funcional 12.361 (Educação - Ensino Fundamental). Os demonstrativos contábeis públicos oficiais, disponibilizados na STN (2016), não apresentam o detalhamento da classificação quanto à natureza, vinculado à classificação funcional, impossibilitando, assim, separar os gastos em custos, despesas e investimentos contábeis.

Ainda, para cálculo dos gastos, foram desconsiderados os registros contábeis que não transitaram no subsistema de contas orçamentárias (como as depreciações), visto que esses registros eram facultativos aos Municípios até o ano de 2015 e não compõem a classificação orçamentária da despesa pública, divulgada nos demonstrativos contábeis utilizados nesta pesquisa.

O desempenho por aluno foi medido por intermédio dos dados quantitativos disponibilizados pelo Ministério da Educação, no portal do INEP (2015), em que a taxa de aprovação e o indicador IDEB (da 4ª Série/5º Ano ao 8ª Série/9º Ano). Dessa forma, foi possível relacionar o gasto anual por aluno da rede pública municipal de ensino fundamental com o desempenho educacional.

## 2.3 Descrição e análise de dados

Inicialmente foram levantados os gastos com educação e o número de alunos matriculados, para então se compor o gasto anual por aluno. Na sequência foi verificado o desempenho educacional, por meio da relação entre o gasto por aluno e a taxa de aprovação desses estudantes, bem como o desempenho no IDEB.

### 2.3.1 Gasto por aluno

O cálculo do gasto por alunos foi feito levando-se em conta os gastos na subfunção Educação Fundamental, distribuído pelo quantitativo de alunos matriculados em cada ano.

Tabela 1

#### Gasto anual por aluno do Ensino Fundamental - 2011 a 2014

Município	2011 (R\$)	2012 (R\$)	2013 (R\$)	2014 (R\$)	Média (R\$)
Dona Emma	13.546,34	14.823,98	17.945,14	19.588,55	16.476,00
Rio do Campo	9.170,94	11.509,79	9.990,59	14.770,20	11.360,38
Ituporanga	10.113,78	12.948,42	10.379,30	8.033,50	10.368,75
Atalanta	10.582,29	12.672,55	8.781,34	8.757,23	10.198,35
Presidente Nereu	10.461,10	10.289,62	8.396,91	9.960,63	9.777,07
Mirim Doce	8.466,00	10.647,95	9.094,54	10.343,39	9.637,97
Aurora	7.680,86	8.115,15	10.451,06	12.145,39	9.598,12
Lontras	8.900,88	8.956,34	9.582,42	10.524,84	9.491,12
Chapadão do Lageado	10.561,16	7.866,14	10.665,06	8.264,61	9.339,24
Witmarsum	7.269,76	9.012,92	9.250,95	10.831,48	9.091,28
José Boiteux	11.108,87	9.503,51	6.755,27	8.530,34	8.974,50
Pouso Redondo	6.324,08	8.570,03	8.335,94	12.355,17	8.896,31
Imbuia	6.293,71	6.673,81	6.467,54	15.468,26	8.725,83
Agronômica	7.532,22	11.046,69	6.345,80	7.978,79	8.225,88
Vidal Ramos	8.130,06	7.102,98	7.432,45	8.568,19	7.808,42
Petrolândia	8.019,08	8.075,37	6.557,12	7.601,09	7.563,17
Rio do Sul	5.467,48	7.185,83	7.306,39	8.842,55	7.200,56
Vitor Meireles	5.797,18	7.233,41	6.289,55	8.934,57	7.063,68
Agrolândia	10.393,78	5.783,05	4.901,40	6.780,46	6.964,67
Laurentino	5.207,94	6.527,43	6.134,28	9.848,71	6.929,59
Braço do Trombudo	6.403,85	6.043,59	7.266,08	7.321,88	6.758,85

**Continua**

**Tabela 1 (continuação)**

Município	2011 (R\$)	2012 (R\$)	2013 (R\$)	2014 (R\$)	Média (R\$)
Presidente Getúlio	5.342,36	5.642,25	6.632,75	7.935,72	6.388,27
Ibirama	4.528,58	6.181,27	5.575,81	6.360,70	5.661,59
Taió	4.888,88	5.216,00	6.091,24	5.678,95	5.468,77
Rio do Oeste	4.241,14	5.273,03	5.089,96	6.490,23	5.273,59

**Nota.** Fonte: dados da pesquisa.

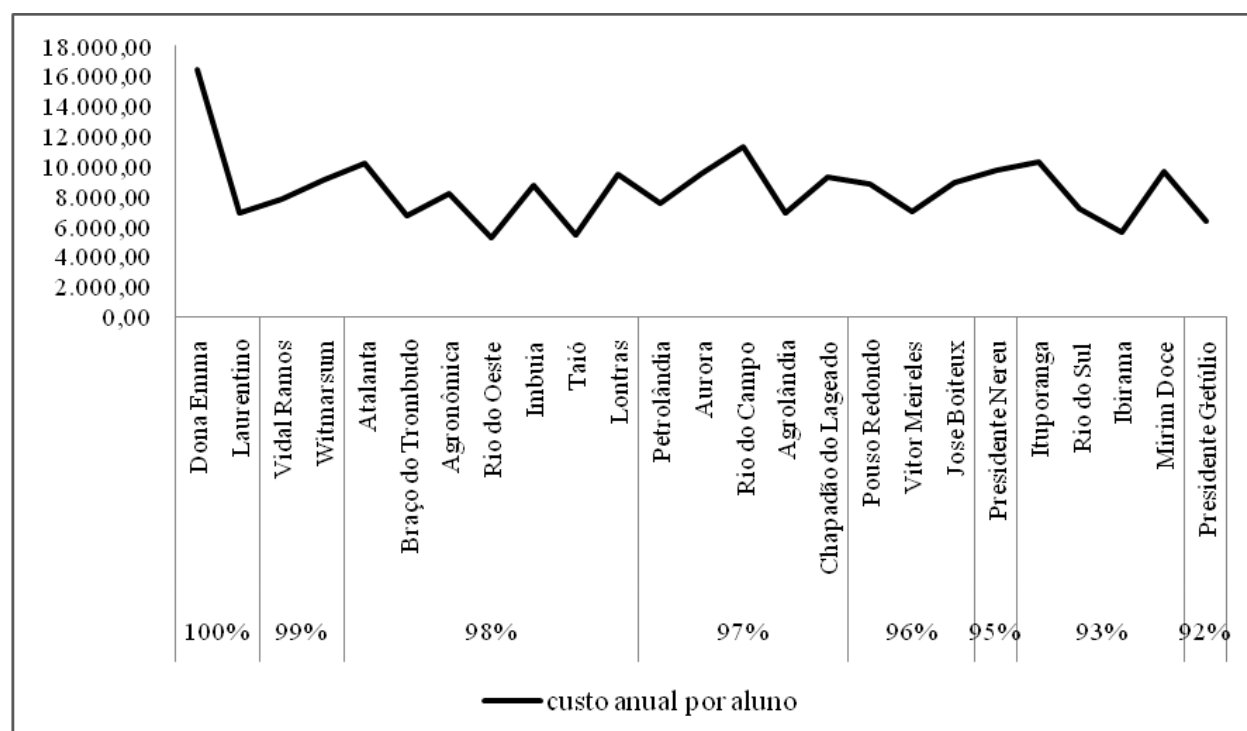
A média anual de gastos por aluno, para os municípios pesquisados, é de R\$ 8.529,68. Rio do Oeste é o menor dentre os pesquisados (R\$ 5.273,59), enquanto que o maior é Dona Emma (R\$ 16.476,00), representando três vezes mais o gasto daquele município.

Considerando a evolução no tempo (2011 a 2014), observa-se que Ituporanga, Atalanta, Presidente Nereu, José Boiteux e Petrolândia foram os únicos municípios pesquisados que diminuíram seus gastos no período. A maioria teve aumento dos gastos e poucos mantiveram-se estáveis.

### 2.3.2 Gasto por aluno x taxa de aprovação do Ensino Fundamental Municipal

O desempenho dos alunos foi medido por intermédio da taxa de aprovação. Foram levantados os percentuais anuais de aprovação no Ensino Fundamental (1º Ano até 9º Ano) dos Anos de 2011-2014, com base nos dados do INEP (2015). Foi então calculada a média desses percentuais por Município e comparada com a média de valores gastos no mesmo período (dados da Tabela 1).

A taxa de aprovação é alta entre os municípios pesquisados, totalizando a média geral de 96,6%, enquanto que o gasto médio anual por aluno é de R\$ 8.529,68. A Figura 1 apresenta a média do gasto anual por aluno em relação à média da taxa de aprovação, no período de 2011 a 2014.



**Figura 1:** Gasto médio por aluno X Taxa média de aprovação

Fonte: dados da pesquisa.

Dona Emma teve 100% de aprovação e o maior gasto médio por aluno, da amostra pesquisada, confirmando o estudo de Fabrino *et al.* (2014) que concluíram que quanto maior a despesa, maior é a taxa de aprovação dos alunos.

Rio do Oeste é o município com menor gasto médio anual por aluno, porém, sua taxa de aprovação média está em 98%, acima da média geral dos municípios analisados, corroborando Silva *et al.* (2013), que afirmam que a qualidade de ensino não tem relação com a eficiência nos gastos com educação.

Se comparados os melhores resultados em aprovação (100% e 99%), percebe-se que existe uma variação de até 238% entre o gasto médio anual por aluno (enquanto Dona Emma gasta em média R\$ 16.476,00, Laurentino gasta R\$ 6.929,59). Já, se comparados os piores resultados em aprovação da amostra (93% e 92%), a variação é de 183%. Enquanto Ituporanga gasta em média R\$ 10.368,75, Ibirama gasta R\$ 5.661,59.

Nesse sentido, comprova-se que existe diferença substancial entre valores de aplicação de recursos públicos em educação, na mesma microrregião; e que os gastos públicos municipais em educação fundamental não interferem no desempenho dos estudantes.

### 2.3.3 Gasto por aluno x Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

O INEP (2015) afirma que o IDEB reúne em um só indicador dois conceitos fundamentais para medir a qualidade na educação: o fluxo escolar e a média de desempenho nas avaliações. Dessa forma, foi relacionado o gasto por aluno com o IDEB, visando também a identificar o desempenho dos estudantes do ensino fundamental da rede pública de ensino. Foram utilizados os dados de 2011 e 2013, já que o indicador só é medido a cada dois anos, o que acabou limitando a análise desse item.

Tabela 2  
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Municípios	2011	2013
Taió	5.0*	4.9*
Ibirama	4.6*	4.7*
Aurora	5.3	4.9
Braço do Trombudo	-	4.8
Rio do Sul	4.3	4.6
Jose Boiteux	-	4.5
Ituporanga	4.8*	4.4
Agrolândia	5.3*	4.2
Pouso Redondo	-	3.5
Presidente Getúlio	4.2*	3.2

**Nota.** Fonte: dados da pesquisa.

\*Municípios que atingiram a meta definida pelo INEP.

Dos 25 municípios estudados, nem todos tinham seus dados publicados no site do INEP (2015). Na Tabela 2, observa-se que apenas dois municípios (Ibirama e Taió) alcançaram a meta. Além disso, apenas Ibirama e Rio do Sul conseguiram aumentar o índice de uma avaliação para outra.

Ao fazer um comparativo do gasto por aluno e o IDEB apurado, pode-se verificar que em 2011, Agrolândia e Aurora tiveram a melhor nota (5,3), embora em nenhum dos dois municípios observe-se o maior gasto por aluno.

Nos dados de 2013, os municípios mais bem avaliados no IDEB foram Taió e Aurora, com nota 4,9, porém, seus gastos médios com ensino não foram os mais elevados. Ibirama, único município que conseguiu ficar acima da meta estabelecida pelo MEC nos dois anos e aumentar o índice do IDEB, foi quem teve o menor gasto por aluno em 2011 (R\$4.528,58) e, em 2013, figurou como o segundo menor (R\$5.575,81).

Assim, a análise do gasto em relação ao desempenho dos alunos, utilizando o IDEB, comprova os estudos de Souza, Silva e Araújo (2012), ao afirmar que a qualidade de ensino medida pelo IDEB não tem relação com a aplicação de recursos públicos na área da educação; porém, foi prejudicada pelo período de apuração do indicador e por não estarem disponíveis os dados de todos os municípios no portal do INEP (2015).

### 3 CONCLUSÃO

As crescentes manifestações populares voltadas à melhoria da educação no Brasil posicionam-se no sentido de que os recursos financeiros são insuficientes para promover uma educação de qualidade, além do censo comum atribuir o mau desempenho de alguns estudantes à falta de recursos públicos na área da educação. Porém, estudos anteriores comprovaram as duas possibilidades: que a aplicação de recursos públicos pode influenciar no desempenho da educação e que os recursos financeiros não interferem na qualidade educacional.

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar se os recursos públicos, aplicados na rede municipal de ensino, interferem no desempenho dos alunos dos pequenos municípios do estado de Santa Catarina. Apesar de algumas limitações, todos os objetivos foram atingidos.

Foi pesquisada uma amostra de 25 pequenos municípios catarinenses, localizados na microrregião do Alto Vale do Itajaí. O gasto anual por aluno da rede municipal de educação fundamental foi em média de R\$ 8.529,68. Dona Emma gasta uma média anual de R\$ 16.476,00 por aluno matriculado, enquanto que Rio do Oeste gasta R\$5.273,59 (diferença de 462% em uma mesma microrregião), o que demonstra uma forte disparidade na aplicação dos recursos públicos municipais em ensino fundamental.

O desempenho dos estudantes, medido pela taxa de aprovação dos alunos, ficou entre 92% e 100; porém, não mostrou relação com o volume de recursos públicos aplicados anualmente por aluno. O desempenho medido pelo IDEB foi prejudicado por dois motivos: nem todos os municípios tinham dados disponíveis no portal do INEP (2015) e o IDEB só é medido a cada 2 anos (no período pesquisado utilizou-se 2011 e 2013). Mesmo assim a análise foi feita e o município de Ibirama foi o único que ficou acima da meta estabelecida pelo MEC, nos dois anos de avaliação do IDEB. Teve o menor gasto por aluno observado em 2011 (R\$4.528,58) e o segundo menor em 2013 (R\$5.575,81).

Comparando esta pesquisa com outras citadas no artigo, concluiu-se que dependendo da amostra utilizada, os resultados podem ser diferentes. Nesta pesquisa, que utilizou como amostra municípios com menos de 50.000 habitantes, não foram evidenciadas relações entre os recursos públicos municipais aplicados no ensino fundamental (por aluno) e o desempenho dos estudantes (medidos pela taxa de aprovação e do IDEB).

A pesquisa foi restrita aos dados divulgados nos portais eletrônicos oficiais. Não foi efetuada a distinção entre os gastos realizados (custos, investimentos ou despesas contábeis) nem verificada a opinião dos envolvidos (professores, gestores, pais e alunos), por uma questão de acessibilidade. Dessa forma, cabe a ampliação da pesquisa *in loco*, sobre a percepção dos envolvidos e as justificativas quanto a disparidades dos gastos entre os municípios de uma mesma microrregião.

### REFERÊNCIAS

- Afonso, A. J. (2012). Para uma conceitualização alternativa de *accountability* em educação. *Educação e Sociedade*. Campinas, 33(119), 471-484.
- Birchler, K., & Michaelowa, K. (2016). Making aid work for education in developing countries: An analysis of aid effectiveness for primary education coverage and quality. *International Journal of Educational Development*, 48, 37-52.
- Conselho Federal de Contabilidade (2008). *Resolução 1.128, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.1 – Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação*. Recuperado em 11 de março, 2016 de [http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor\\_P](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor_P)

%C3%BAblico.pdf.

- Campanha Nacional pelo Direito à Educação (n.d.). *Estudos e Pesquisas*. Recuperado em 11 março, 2016, de <http://www.campanhaeducacao.org.br/?pg=Pesquisas>
- Fabrino, R. J. G., do Valle, B. S., & Gomes, R. C. (2014). The cost of educational effectiveness: Evidence from financing basic education in Brazil. *The International Journal of Management Education*, 12 (2), 151-166.
- Faria, F. P., Jannuzzi, P. D. M., & Silva, S. J. D. (2008). Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro. *Revista de Administração Pública*, 42 (1), 155-177.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (n.d.). *Portal IDEP*. Recuperado em 15 novembro, 2015, de <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>.
- Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (2011)*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 2011. Recuperado em 15 novembro, 2015, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)
- Martins, E. (2010). *Contabilidade de Custos* (10a ed.). São Paulo: Atlas.
- Ministério da Educação (2007). *Plano do Desenvolvimento da Educação*. Recuperado em 25 fevereiro, 2016, de <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>
- Ministério do Orçamento e Gestão (1999). *Portaria 42, de 14 de abril de 1999: Atualiza a discriminação da despesa por funções*. Recuperado em 10 outubro, 2016, de <http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portaria42.pdf>
- Organização das Nações Unidas (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Recuperado em 20 fevereiro, 2016, de <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>
- Pinto, J. M. R. (2005). Uma análise do financiamento da educação no Estado da Califórnia, EUA. *Cadernos de Pesquisa*, 35(126), 699-722.
- Silva, M. C. D., Souza, F. J. V. D., & Araújo, A. O. (2013). Análise da eficiência dos gastos públicos com educação nas capitais brasileiras. *ConTexto*, 13(24), 7-21.
- Souza, F. J. V. de; Silva, M. C., & Araújo, A. O. (2014). Análise da eficiência dos gastos públicos em educação dos municípios do estado do Rio Grande do Norte nos anos de 2007 e 2009. *Anais do Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 9.
- Secretaria do Tesouro Nacional (n.d.). *Sistema de Coleta de Dados Contábeis*. Recuperado em 05 agosto, 2015, de [https://www.contaspublicas.caixa.gov.br/sistncon\\_internet/index.jsp](https://www.contaspublicas.caixa.gov.br/sistncon_internet/index.jsp)
- Yuan, C., & Zhang, L. (2015). Public education spending and private substitution in urban China. *Journal of Development Economics*, 115, 124-139.